



OBSERVATORIO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO

Revista

OBSERVATORIO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO

Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe · IEALC

ISSN 1853-2713

<https://publicaciones.sociales.uba.ar/observatoriolatinoamericano/>

Volúmen 10 • Número 1 (julio 2026) • Dossier

Imperialismo y dependencia: viejo y nuevo orden mundial en transición.

A militarização no subimperialismo brasileiro: a continuidade do *Brasil Potência*.

Thays Fidelis y Adriano Nascimento

RECIBIDO: 16 de abril de 2026

APROBADO: 29 de junio de 2026

A militarização no subimperialismo brasileiro: a continuidade do *Brasil Potência*

Thays Fidelis, Universidade Federal de Alagoas
Adriano Nascimento, Universidade Federal de Alagoas

Resumen

O presente artigo trata sobre a militarização na formação social brasileira, demonstrando como o papel das forças armadas foram sendo modificados historicamente em detrimento das necessidades dos diferentes regimes de reprodução e acumulação do capital. Resgatamos conceitos e debates importantes desenvolvidos pela Teoria Marxista da Dependência como Estado dependente, doutrina de segurança nacional, Estado de contrainsurgência e subimperialismo para asseverar a relação entre os processos de reprodução e acumulação do capital ao de militarização como faces da mesma moeda subimperialista brasileira. Finalizamos com o debate sobre a violência como arma necessária tanto para garantir as condições econômicas de superexploração da força de trabalho, como para garantir as condições extraeconômicas (políticas, culturais, militares e geopolíticas) necessárias ao projeto de desenvolvimento brasileiro, o *Brasil Potência*.

Palabras clave: Militarização; Subimperialismo; Estado Dependente; Forças Armadas; Capitalismo Dependente.

Abstract

This article discusses militarization in the social formation of Brazil, demonstrating how the role of the armed forces has been historically modified to meet the needs of different regimes of capital reproduction and accumulation. We revisit important concepts and debates developed by Marxist Dependency Theory, such as the dependent state, the doctrine of national security, the counterinsurgency state, and sub-imperialism, to assert the relationship between the processes of capital reproduction and accumulation and militarization as two sides of the same Brazilian sub-imperialist coin. We conclude with a discussion of violence as a necessary weapon, both to guarantee the economic conditions of super-exploitation of the workforce and to guarantee the extra-economic conditions (political, cultural, military, and geopolitical) necessary for the Brazilian development project, the “Brasil Potência” (Brazil as a Regional Power) project.

Keywords: Militarization; Sub-imperialism; Dependent State; Armed Forces; Dependent Capitalism.

Introdução

O presente artigo busca entender como e por que as forças armadas brasileiras possuem um grau relativamente alto de importância na estrutura estatal. Num breve resgate histórico, elas estiveram presentes, de modo importante, desde o processo de independência do Brasil, passando por governos aliados a elas (principalmente Getúlio Vargas), governos propriamente delas (ditaduras civis-militares) até a atual conjuntura (em que atuam militar e economicamente). Por isso, nos debruçamos sobre a militarização na formação social brasileira, buscando demonstrar como o papel das forças armadas foi sendo modificado historicamente em detrimento das necessidades dos diferentes regimes de reprodução e acumulação do capital - e no caso brasileiro, do seu caráter subimperialista.

O encerramento formal do longo período de ditadura civil-militar e a inauguração de uma nova etapa institucional no país, foi marcado pela promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988. A chamada “Constituição Cidadã” ampliou direitos civis, políticos e sociais, descentralizou poderes e procurou estabelecer os fundamentos de um Estado Democrático de Direito. Ela preservou em seu interior elementos institucionais herdados da ordem autoritária precedente, especialmente no que diz respeito à organização das Forças Armadas e da segurança pública.

Essa permanência suscita um problema que ultrapassa a simples análise institucional da transição democrática brasileira, ou seja, para além de uma simples continuidade. Nesse sentido, tratamos de analisar a continuidade da presença das Forças Armadas no Estado Democrático de Direito brasileiro não como um mero resíduo autoritário da ditadura, mas sim a partir da funcionalidade estrutural da militarização para a reprodução do capitalismo dependente e para a atualização do projeto subimperialista brasileiro. Diferentemente das abordagens institucionalistas, sustentamos que a reconfiguração da racionalidade contrainsurgente – que profissionaliza a contrarrevolução no Brasil através do binômio desenvolvimento-segurança – permitiu que as Forças Armadas expandissem sua atuação para além da segurança, incorporando-se diretamente às estratégias de acumulação, projeção regional e gestão da superexploração da força de trabalho.

A demonstração dessa hipótese está desenvolvida em três níveis analíticos complementares. Em primeiro lugar, realizamos uma reconstrução histórico-conceitual da formação do Estado dependente e da institucionalização da doutrina de contrainsurgência na América Latina, identificando os fundamentos teóricos que vinculam dependência, militarização e reprodução capitalista. Em segundo lugar, analisamos a reconfiguração dessas determinações no contexto da redemocratização brasileira, buscando evidenciar que determinadas funções estatais, racionalidades políticas e dispositivos de controle social não

desapareceram com o fim do regime militar, mas foram reorganizados no interior da nova ordem democrática. Por fim, articulamos essas permanências à dinâmica do subimperialismo brasileiro, demonstrando como a militarização continua a desempenhar mediações econômicas, políticas e geopolíticas necessárias à reprodução do capitalismo dependente e à continuidade do projeto Brasil Potência.

Desenvolvemos tais análises em quatro seções. A primeira seção revisa criticamente a literatura sobre a permanência da influência militar na democracia brasileira e, a partir de seus limites, reconstrói os fundamentos teóricos do Estado dependente e do Estado de contrainsurgência. A segunda analisa a relação entre a doutrina de contrainsurgência, o subimperialismo brasileiro e a formulação do projeto Brasil Potência. A terceira examina as transformações históricas da militarização brasileira, evidenciando como ela se reconfigura em diferentes regimes de acumulação sem perder sua funcionalidade para a reprodução do capitalismo dependente. Por fim, as considerações finais retomam o argumento central do artigo, discutindo a violência como dimensão econômica e extraeconômica da reprodução social, articulando-a à superexploração da força de trabalho e à institucionalização da contrainsurgência.

Estado dependente, Estado contrainsurgente e a doutrina de segurança nacional

A permanência do protagonismo político das Forças Armadas após a redemocratização brasileira tem ocupado lugar de destaque na literatura politológica produzida nas últimas décadas. De modo geral, podem ser identificadas duas ênfases explicativas predominantes¹. A primeira concentra-se nas características assumidas pelo processo de transição democrática; já a segunda desloca a atenção para os dispositivos constitucionais e institucionais herdados da ditadura, ressaltando como determinados mecanismos jurídicos e organizacionais limitaram a consolidação da supremacia civil sobre a política de defesa e segurança.

A primeira tradição interpretativa explica a configuração assumida pelas relações entre civis e militares após a redemocratização a partir das características do próprio processo de transição do regime autoritário. Nessa perspectiva, a democratização brasileira foi marcada por uma abertura negociada que preservou importantes prerrogativas institucionais das corporações militares, impondo limites à consolidação imediata de um efetivo controle civil sobre as políticas de defesa e segurança. Embora existam diferenças entre esses

¹ Essa classificação possui caráter heurístico e não pretende esgotar a diversidade da literatura sobre relações civis-militares no Brasil. Diversos autores dialogam simultaneamente com mais de uma dessas tradições interpretativas, razão pela qual a sistematização apresentada busca apenas destacar as principais ênfases explicativas presentes nesse debate.

autores quanto ao grau de influência militar preservado ao longo da Nova República — alguns enfatizando sua erosão progressiva com a consolidação democrática e outros ressaltando a persistência de importantes margens de autonomia institucional —, a explicação permanece concentrada nas condições políticas da transição e nas prerrogativas herdadas do regime autoritário, e não nas determinações estruturais da formação social brasileira (Stepan, 1988; Oliveira, 1993; Hunter, 1997).

Por sua vez, a segunda tradição desloca o foco analítico da dinâmica política da transição para a arquitetura institucional produzida pela redemocratização. Nessa perspectiva, a continuidade da influência política das Forças Armadas decorre da preservação de mecanismos constitucionais, jurídicos e administrativos que mantiveram importantes margens de autonomia institucional, dificultando a consolidação de um efetivo controle civil democrático sobre a política de defesa e segurança. O problema central deixa de ser apenas a forma da transição e passa a ser a permanência de dispositivos institucionais que continuam estruturando as relações entre militares e poder civil (Zaverucha, 2005; Fuccille, 2005; Oliveira, 1993).

Embora essas interpretações tenham contribuído decisivamente para compreender os limites da democratização brasileira e a permanência do protagonismo político das Forças Armadas, ambas permanecem concentradas, predominantemente, na dimensão político-institucional do problema. Porém, ao concentrarem a análise somente nessa dimensão, elas tendem a tratar a militarização como um legado histórico ou como uma imperfeição da democratização negociada, relegando a segundo plano as determinações estruturais que vinculam a reorganização das funções militares às formas específicas de reprodução do capitalismo dependente.

É justamente nesse ponto que a teoria marxista da dependência desloca o problema para outro nível de análise, identificando a própria forma assumida pelo Estado nas formações sociais dependentes e os papéis que este desempenha na reprodução da ordem capitalista. Para isso, é necessário situar as formações sociais no interior do processo histórico concreto de constituição do capitalismo dependente na região, pois ele ocorreu sob condições estruturais de inserção subordinada no sistema capitalista mundial.

Esse tipo de inserção produziu formações sociais profundamente heterogêneas: o modo de produção capitalista tornou-se dominante, mas nunca exclusivo. Essa heterogeneidade não constitui um resíduo histórico destinado a desaparecer com o avanço da modernização capitalista; ao contrário, ela integra a própria lógica de reprodução do capitalismo dependente.

Nas formações dependentes, o Estado é compelido a assumir um conjunto ampliado de

atribuições devendo, portanto: organizar politicamente uma sociedade fragmentada, regular uma economia atravessada pela subordinação externa, mediar conflitos intensificados pela desigualdade estrutural e assegurar a estabilidade da ordem social diante de contradições que o padrão de acumulação dependente reproduz continuamente.

Cueva (1979) trata a hipertrofia funcional do Estado latino-americano em sua relação com a debilidade relativa das classes dominantes nacionais. Essa sobrecarga funcional não é contingente, ela deriva diretamente da própria lógica da reprodução capitalista periférica. O Estado converte-se no ponto privilegiado de articulação entre a ordem social interna e o mercado mundial. Marini (1977) analisa de modo semelhante ao afirmar que “la autonomía relativa del Estado está en razón inversa de la capacidad de la burguesía para llevar a cabo su dominación de clase; en otros términos, un Estado capitalista fuerte es siempre la contrapartida de una burguesía débil” (online).

Em chave distinta, mas que converge com a interpretação do sociólogo equatoriano, Florestan Fernandes compreende a particularidade do Estado brasileiro por meio da categoria de autocracia burguesa (Fernandes, 1975). Para o autor, a consolidação da ordem capitalista dependente não implicou a universalização da democracia liberal; ao contrário, o capitalismo dependente brasileiro constituiu uma forma estatal capaz de preservar a dominação burguesa mediante sucessivas recomposições autoritárias. Assim como em Cueva, a hipertrofia das funções estatais decorre menos de desvios institucionais do que das exigências impostas pela própria reprodução do capitalismo dependente. Segundo Fernandes (2019, p. 82):

é na América Latina que encontramos a versão mais acabada do *Estado capitalista* periférico da era do capitalismo monopolista e de seu padrão de imperialismo. Ou seja, que deparamos com o chamei de *revolução burguesa em atraso* e seu subproduto essencial, uma ditadura de classes aberta e um *Estado autocrático-burguês* (o qual não é apenas uma imagem invertida do Estado democrático-burguês, porém a forma que ele deve assumir como instrumento de dominação externa e de um despotismo burguês reacionário).

A forma estatal nas sociedades latino-americanas deve ser compreendida articulando a dependência econômica, a heterogeneidade estrutural e a intensa desigualdade social que confere ao Estado latino-americano um papel forte, ativo e permanente na organização da ordem social.

Esse papel toma uma face autoritária específica na segunda metade do século XX, numa conjuntura de intensificação das lutas sociais e de reorganização geopolítica do capitalismo durante a Guerra Fria. A Revolução Cubana, em 1959, alterou profundamente a co-

rrelação de forças no continente, colocando na ordem do dia a possibilidade de rupturas revolucionárias em diferentes países da região - o que exige ação continuada do Estado para manutenção da ordem.

A resposta das classes dominantes latino-americanas, articuladas ao imperialismo norte-americano, consistiu na construção de uma estratégia de contenção política e militar destinada a impedir a expansão dos processos revolucionários. Essa estratégia não se limitou à repressão episódica de movimentos insurgentes, mas implicou uma transformação da forma estatal em diversas formações sociais latino-americanas.

No plano ideológico e institucional, essa reorganização se expressou na doutrina de segurança nacional que redefiniu o papel das forças armadas e deslocou o centro da política de defesa para o interior da própria sociedade. A lógica da guerra convencional entre Estados cedeu lugar à ideia de guerra interna permanente: o inimigo deixava de ser apenas externo e passava a ser identificado no interior da ordem social, sob a forma de organizações populares, movimentos revolucionários e forças políticas consideradas ameaças à estabilidade do sistema. A categoria de “inimigo interno” tornou-se, assim, o princípio organizador de uma nova racionalidade estatal fundada na contrainsurgência.

Ruy Mauro Marini (1978; 1985) analisou esse processo como parte de uma ampla reorganização contrarrevolucionária do poder político na América Latina. A reorganização do Estado em torno da estratégia contrainsurgente implicou a ampliação das atuações repressivas e o fortalecimento político das forças armadas. O aparato militar deixou de ocupar uma posição subordinada no interior da estrutura estatal e passou a desempenhar papel central na condução da política. A institucionalização da doutrina de segurança nacional consolidou uma forma específica de organização do poder estatal na qual a defesa da ordem social capitalista se convertia em missão histórica das forças armadas.

Nesse sentido, Marini define o Estado de contrainsurgência como uma forma particular de Estado surgida no contexto das lutas revolucionárias latino-americanas, cujo tipo de organização estatal é orientado para a repressão sistemática das forças sociais que questionam a ordem dependente. Isso permite compreender o Estado de contrainsurgência não apenas como uma resposta conjuntural às lutas revolucionárias latino-americanas, mas como uma forma particular assumida pelo Estado dependente diante da necessidade de estabilizar politicamente as condições de reprodução do capitalismo periférico. Nessas condições, o fortalecimento do aparato militar e a ampliação das atividades repressivas não constituem fenômenos excepcionais, mas dimensões constitutivas da reprodução da ordem dependente.

Essa transformação não se restringiu à instalação de regimes militares. Ela envolveu a reorganização do conjunto do aparato estatal, incluindo instituições de inteligência, sistemas de segurança interna e mecanismos de controle político, de modo a estruturar uma estratégia permanente de contenção da luta de classes - a contrainsurgência tornou-se uma racionalidade de governo, redefinindo os papéis desempenhados pelo Estado na reprodução da ordem social.

A manutenção desses mecanismos após os processos de redemocratização, entendido por Fidelis e Seabra (2021) como uma profissionalização da contrarrevolução, indica que sua funcionalidade não se esgotava na sustentação dos regimes autoritários, mas se vincula às exigências de reprodução do capitalismo dependente. É precisamente essa continuidade histórica das mediações contrainsurgentes, reconfiguradas no interior da institucionalidade democrática, que permite compreender que o protagonismo político das Forças Armadas para além do encerramento do regime militar é uma necessidade estrutural.

A emergência do Estado contrainsurgente deve ser compreendida, portanto, como resposta política das classes dominantes latino-americanas às contradições estruturais do capitalismo dependente. Nessas condições, o aparato militar passa a desempenhar papel estratégico na garantia da estabilidade do sistema de dominação, não como resíduo excepcional de conjunturas autoritárias, mas como componente funcional da reprodução da ordem dependente.

Essa reorganização contrarrevolucionária (baseada na doutrina de segurança nacional) produziu efeitos duradouros nas formas políticas assumidas pelos regimes posteriores às ditaduras militares. Mesmo após os processos de redemocratização iniciados nos anos 1980, muitos dos dispositivos institucionais e das racionalidades políticas desenvolvidas no contexto da contrainsurgência permaneceram ativos no interior dos Estados latino-americanos. A militarização das políticas de segurança, a persistência de estruturas de inteligência herdadas do período ditatorial e a presença recorrente das forças armadas na vida política indicam que o legado contrainsurgente não foi plenamente desmantelado. A passagem para regimes democráticos não implicou, portanto, a supressão dessa racionalidade, mas a reorganização das formas por meio das quais ela se manifesta e opera.

Assim podemos entender como a permanência institucional na passagem da “guerra civil a quente” para a “guerra civil a frio”, como classifica Florestan a transição, relaciona-se diretamente com aquilo que Agustín Cueva denominou *democracias restringidas*. Os regimes políticos latino-americanos surgidos após as ditaduras militares, demonstram que a transição política preservou elementos fundamentais do sistema de dominação anterior:

as “estructuras capitalistas subdesarrolladas engendran un *autoritarismo tendencial* historicamente comprobable” (Cueva, 1988, p. 56).

Essa formulação expressa com clareza o caráter ambíguo das experiências democráticas latino-americanas. A existência formal de eleições e instituições representativas não elimina necessariamente os mecanismos estruturais de dominação que condicionam o funcionamento do sistema político. Ao contrário, muitas vezes esses mecanismos permanecem operando no interior das próprias instituições democráticas. E continuam justamente por sua articulação entre o econômico e o político.

O subimperialismo brasileiro e seu projeto *Brasil Potência*

A relação entre contrainsurgência, subimperialismo e projeto nacional de potência constitui um dos pontos centrais para compreender a permanência histórica da militarização no Brasil. Se a seção anterior buscou demonstrar que a forma estatal dependente tende a assumir dinâmicas ampliadas de controle político e social, trata-se agora de analisar como essas dinâmicas se articulam, no caso brasileiro, a um projeto de desenvolvimento e projeção regional construído sob a mediação das Forças Armadas. Como aponta Fernandes: “somente as Forças Armadas poderiam operar como um componente de transição do obsoleto Estado representativo latino-americano para esse tipo de Estado; e somente os tecnocratas, civis e militares, poderiam saturar seus quadros e ocupar várias de liderança política ou burocrática estratégicas (daí a militarização e a tecnocratização das estruturas e funções do Estado autocrático burguês)” (Fernandes, 2019, p. 86). O problema não consiste em apenas identificar a influência militar na política nacional, mas em compreender como essa influência se vincula à reprodução de um projeto subimperialista que combina dependência externa, ambições regionais, segurança interna e desenvolvimento capitalista.

A cooperação entre os Estados Unidos e as Forças Armadas latino-americanas, iniciada no contexto da Segunda Guerra Mundial e aprofundada durante a Guerra Fria, criou as condições políticas e doutrinárias para a difusão continental da estratégia de contrainsurgência. Com a consolidação da hegemonia norte-americana no pós-guerra, a geopolítica passou a ocupar lugar decisivo na formulação da política externa dos Estados Unidos, orientando tanto sua visão das relações internacionais quanto suas formas de intervenção sobre os conflitos internos das formações sociais latino-americanas. Nos anos 1960, essa orientação se aprofundou com a doutrina de contrainsurgência, que deslocou a lógica da defesa nacional para o combate ao inimigo interno e redefiniu a política de segurança como instrumento de contenção das lutas sociais e dos projetos revolucionários no continente.

É nesse contexto que Marini identifica a militarização da diplomacia norte-americana, observando que a política externa dos Estados Unidos passou a construir sua visão das relações internacionais a partir de uma perspectiva militar e, ao mesmo tempo, a estender esse enfoque às relações políticas internas dos países latino-americanos por meio da doutrina de contrainsurgência (Marini, 1985). A importância dessa formulação está em demonstrar que a contrainsurgência não foi apenas uma técnica de repressão interna, mas uma estratégia geopolítica articulada à reorganização da dominação imperialista sobre a América Latina.

A adoção da política de contrainsurgência pelos militares e pela burguesia interna dos países latino-americanos leva a geopolítica a um patamar especial na política internacional dos Estados-nação, potencializando seus projetos de fortalecimento nacional. Por um lado, os processos políticos (que foram reduzidos a guerras internas) representam a aliança com os EUA contra a União Soviética, sendo o inimigo interno somente a desculpa plausível. Por outro lado, a doutrina de contrainsurgência possibilita a formulação de projetos nacionais de potência pelas forças armadas que transformariam o já alcançado desenvolvimento estatal em uma “doutrina geopolítica como base da sua política exterior” (Marini, 1985, online).

A instituição da doutrina geopolítica como base da política exterior só foi possível devido ao apoio estadunidense à substituição dos regimes democrático-liberais pelas ditaduras militares nos países latino-americanos, por um lado; e à formulação de projetos nacionais pelas forças armadas que encabeçavam os Estados-nação, por outro lado. Os EUA, com sua nova estratégia internacional, permitem que as forças armadas nacionais estabelecessem e apresentassem o que seria o interesse nacional: a segurança nacional passa a ser o principal interesse nacional, ela quem possibilitaria a transformação dos países latino-americanos em “grandes potências”.

A doutrina de contrainsurgência, ao articular segurança interna, desenvolvimento econômico e alinhamento geopolítico, forneceu às Forças Armadas latino-americanas uma linguagem política capaz de apresentar os interesses das classes dominantes como interesses nacionais. É nesse ponto que o binômio segurança-desenvolvimento assume importância decisiva. Ao afirmar que a essência da segurança era o desenvolvimento, Robert McNamara sintetizava uma racionalidade que permitia transformar projetos de acumulação capitalista, estabilização política e projeção internacional em componentes de uma mesma estratégia estatal. No caso brasileiro, essa racionalidade encontrou expressão particular no projeto Brasil Potência.

É a partir dessa articulação entre segurança, desenvolvimento e projeção regional que o conceito de subimperialismo adquire centralidade na teoria marxista da dependência. Em Marini, o subimperialismo não designa apenas uma política externa expansiva, mas uma forma específica de inserção de certos capitalismos dependentes na hierarquia do sistema mundial. Trata-se de uma combinação contraditória entre subordinação ao imperialismo dominante e capacidade relativa de expansão econômica, política e militar sobre espaços regionais subordinados. Na primeira vertente, o conceito de subimperialismo

parte do processo de expansão e internacionalização do capital, na linha indicada por Marx, segundo a qual um centro capitalista (isto é, um centro de acumulação de capital) expande-se, gerando pontos de circulação, que progressivamente se convertem em núcleos de acumulação também, ainda que subordinados (correspondentes ao que a teoria da dependência chamou de capitalismos dependentes) (Marini, 1985, online).

A formulação do subimperialismo foi elaborada por Marini no contexto da industrialização dependente latino-americana e da reorganização do capitalismo mundial durante a Guerra Fria. Desde então, entretanto, profundas transformações alteraram o funcionamento da economia internacional. A financeirização, a reestruturação produtiva, a internacionalização das cadeias globais de valor e a consolidação das políticas neoliberais modificaram significativamente as formas de inserção das economias periféricas no mercado mundial. Coloca-se, portanto, a questão de saber em que medida a categoria de subimperialismo permanece capaz de explicar o lugar ocupado pelo Brasil na atual divisão internacional do trabalho.

Essas transformações, contudo, não significaram a perda de centralidade do Estado na reprodução do capital. Ao contrário, como observam autores como Bob Jessop (2008), David Harvey (2005), Joachim Hirsch (2005) e Wolfgang Streeck (2018), a mundialização do capital implicou uma profunda transformação das atividades estatais. Se o Estado deixou de atuar prioritariamente como indutor direto da industrialização nacional, passou a desempenhar papéis decisivos na organização territorial da acumulação, na garantia das condições jurídicas da valorização do capital, na gestão das crises e na projeção internacional dos interesses econômicos nacionais.

Diante disso, faz-se necessário refutar a crítica comum de que a desindustrialização e a reprimarização da pauta exportadora brasileira nas últimas décadas teriam tornado a categoria de subimperialismo obsoleta. Na dinâmica do capitalismo contemporâneo, a condição subimperialista do Brasil não deve ser aferida de forma mecânica pela composição tecnológica de suas exportações comerciais, mas sim pela capacidade do Estado e de frações do capital interno (público e privado) de atuarem como eixos de acumulação

e espoliação na região sul-americana. O subimperialismo contemporâneo se manifesta na internacionalização de grandes empresas de capital brasileiro (monopólios no setor de alimentos, mineração, energia e complexo agroindustrial), na centralidade do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como financiador de obras de infraestrutura regional e na exportação de capitais financeiros que subordinam as economias vizinhas. Portanto, a transição para um modelo predominantemente exportador de *commodities* não anula a posição intermediária do Brasil na divisão internacional do trabalho; ao contrário, reconfigura o projeto “Brasil Potência” sob a égide do capital financeiro e do agronegócio, exigindo novas formas de mediação política, diplomática e militar para assegurar essas frentes de expansão.

Essa dimensão política do subimperialismo exige um Estado capaz de formular objetivos estratégicos, organizar sua projeção internacional e construir instrumentos compatíveis com os interesses da burguesia nacional. O subimperialismo não constitui, portanto, apenas um movimento econômico de expansão, mas uma forma específica de atuação estatal na ordem internacional, por meio da qual Estados dependentes exercem atividades regionais de coordenação, dominação e mediação sem romper sua condição subordinada diante do imperialismo central. Essa organização geopolítica nos revela uma dinâmica internacional em corrida incessante para ingressar na ponta da pirâmide imperialista ou evitar a degradação para níveis inferiores. Marini (1985) aponta que o Brasil se localiza em uma situação paradigmática por não conseguir ser rotulado a uma realidade estática, o que se deve a três aspectos de sua história:

[...] desde o momento em que se formulou como projeto de dominação subordinada pela Escola Superior de Guerra até hoje, quando se converteu em elemento constitutivo da ideologia burguesa e em política prática do Estado; desde o momento em que pretendeu fazer realmente do país um ‘satélite privilegiado’ dos Estados Unidos até hoje, quando olha esse país com crescente desconfiança e procura ampliar sua margem de manobra em relação a ele; desde o momento, enfim, em que sonhou com praticar anexações mais ou menos disfarçadas e levou a cabo intervenções quase abertas na política interna de seus vizinhos até hoje, quando privilegia a expansão econômica [...] e a penetração cultural [...] como meios principais de ação (Marini, 1985, online).

Essas tendências históricas se perpetuam com variações contemporâneas, e a busca por margens de manobra diante do imperialismo central pode ser observada na atuação do Brasil em organizações intergovernamentais e arranjos multilaterais, como o MERCOSUL, a antiga UNASUL e, em outra escala, o bloco dos BRICS. Tais iniciativas diferem significativamente das formas observadas durante a Guerra Fria, uma vez que a expansão

do Estado brasileiro passou a operar prioritariamente por meio da integração econômica, da internacionalização de empresas nacionais e da cooperação em defesa.

Essa busca por autonomia relativa, contudo, enfrenta constantes reações das potências centrais. Se nas décadas de 1960 e 1970 a competição interimperialista abriu margens de manobra para projetos de potência na periferia, a partir dos anos 1980 os Estados Unidos intensificaram esforços para reconquistar sua hegemonia econômica e política na América Latina por meio de ajustes estruturais e políticas neoliberais que forçaram a reconversão produtiva das economias dependentes através da reprimarização.

Todavia, a permanência do subimperialismo sob a égide do capital financeiro e das *commodities* não se esgota na diplomacia econômica; ela requer a atualização de seus instrumentos de força. É nessa práxis contemporânea que a articulação entre a projeção subimperialista e a militarização interna encontra sua expressão histórica mais nítida, materializada em dois fenômenos coordenados: a chefia militar brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH, 2004-2017) e a proliferação das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no território nacional.

Fidelis (2024) analisa a continuidade do “Brasil Potência” em dois planos, externo e interno. No plano externo, a liderança da MINUSTAH funcionou como o laboratório geopolítico e militar do projeto “Brasil Potência”. Sob o pretexto de cooperação humanitária, o Estado brasileiro exerceu uma função de coordenação regional e estabilização periférica delegada pelo imperialismo central. Essa ocupação militar permitiu o adestramento das Forças Armadas em táticas de controle populacional, guerra assimétrica e contrainsurgência em ambientes urbanos densos e empobrecidos, como os complexos de Bel Air e Cité Soleil.

No plano interno, ocorreu o rebatimento dialético dessa projeção: as técnicas de contrainsurgência aperfeiçoadas no laboratório caribenho foram importadas de volta para a gestão da força de trabalho nas metrópoles brasileiras. Isso se materializou na ocupação militar dos complexos do Alemão e da Maré, no Rio de Janeiro, e no uso sistemático de decretos de GLO para conter conflitos urbanos e greves de categorias estratégicas. A militarização da segurança pública e a reconfiguração do “inimigo interno” — agora personificado na juventude periférica e nos movimentos sociais organizados — demonstram como o Estado dependente mobiliza o aparato de coerção extraeconômica para garantir a estabilidade necessária à reprodução social.

A militarização como estratégia de continuidade da tutela militar no Brasil (9)

A transição política brasileira operou uma conciliação que tensionou, mas preservou o núcleo duro das prerrogativas institucionais militares na Nova República. Essa preservação de suas prerrogativas institucionais e o isolamento de sua estrutura burocrática em relação ao controle civil serviram como a blindagem necessária para que as Forças Armadas mantivessem uma plasticidade operacional profunda. Sob a aparente neutralidade de uma corporação “isolada” da política partidária cotidiana, o aparato militar pôde ser reativado e reconvertido pelo Estado burguês sempre que as crises de reprodução do capital dependente exigiram intervenções extraeconômicas.

Desse modo, a plasticidade da militarização na formação social brasileira contemporânea impede que ela seja compreendida como um bloco homogêneo ou um mero anacronismo institucional. Se a essência do Estado de contrainsurgência permanece ativa na gestão da ordem dependente, suas formas fenomênicas alteram-se dialeticamente para corresponder às mutações dos regimes de acumulação pós-1988.

No período de consolidação do modelo neoliberal na década de 1990, o Estado dependente não foi a universalização de direitos, mas o acionamento pioneiro das operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), inaugurando a militarização da segurança pública como técnica permanente de gestão da pobreza. Fidelis (2024) demonstra como a GLO cumpre funções econômicas e políticas (para além de militares) até os dias atuais.

Com a transição para o regime de acumulação neoextrativista nos anos 2000, a militarização assumiu outras funções econômicas diretas no Brasil. O aparato militar, por meio dos batalhões de engenharia do Exército, converteu-se em executor estratégico de obras de integração territorial (como a pavimentação de rodovias de escoamento e a transposição de bacias hidrográficas). O uso da força de trabalho militar — submetida à disciplina de caserna e a custos salariais artificialmente rebaixados — evidencia como a corporação atua para reduzir os custos de circulação do grande capital. Simultaneamente, a militarização funcionou como blindagem extraeconômica contra a resistência de comunidades tradicionais, povos indígenas e movimentos sociais diante do avanço das fronteiras do agronegócio e dos megaprojetos energéticos.

Finalmente, a crise estrutural do capitalismo dependente a partir de meados da década de 2010 exigiu uma nova rodada de espoliação e a aprovação de reformas de austeridade radical, como o Teto de Gastos e a flexibilização trabalhista. Para viabilizar politicamente esse aprofundamento da superexploração do trabalho, a militarização transbordou a segurança e a infraestrutura, colonizando a burocracia civil do Estado. A maciça ocupação

de cargos civis e ministeriais por militares do partido fardado representou a atualização contemporânea da autocracia burguesa descrita por Florestan Fernandes: uma resposta autoritária por dentro das instituições democráticas, destinada a blindar as decisões econômicas estratégicas contra as pressões das classes subalternas.

A atualização histórica do subimperialismo brasileiro não implica, portanto, a reprodução mecânica das formas políticas da ditadura militar. O que subsiste, sob novas vestes institucionais, são as funções desempenhadas pelo Estado na articulação entre desenvolvimento reprimarizado, projeção regional e contenção violenta dos conflitos sociais.

É nesse contexto que o debate desenvolvido pelo sociólogo e cientista político chileno Augusto Varas acerca do armamentismo e da militarização latino-americana assume especial relevância. Por militarização entende-se, neste artigo, não apenas a ampliação da presença institucional das Forças Armadas, mas a difusão de concepções, práticas e formas de organização militar para diferentes instituições do Estado e para a própria dinâmica de reprodução da ordem social. Essa perspectiva permite compreender que a recomposição contemporânea da contrainsurgência não decorre apenas da permanência de instituições militares, mas da ampliação de formas militarizadas de gestão social.

Varas (1982) indica quatro fatores da relação entre a militarização e a auto-responsabilização das forças armadas para a resolução das crises sociais: a) a função histórica das forças armadas nos países latino-americanos e o contraste com a atual conjuntura; b) a função ideológica imposta pelas próprias forças armadas a ela mesma na atual conjuntura; c) a autonomização delas no interior do Estado; d) a incipiente ou desenvolvida indústria bélica na América Latina.

O primeiro elemento destacado por Varas diz respeito ao caráter histórico assumido pelas Forças Armadas na constituição dos Estados latino-americanos. Sua importância, entretanto, não reside apenas na constatação de que os militares participaram da formação dos Estados nacionais, mas na compreensão de que essa origem condicionou a posição singular que essas instituições continuaram ocupando na organização do poder político regional. Nas palavras do autor,

Diferente de outras regiões, especialmente da Europa, as instituições armadas latino-americanas enfrentaram a tarefa de constituição do espaço territorial sobre o qual são fundadas as hegemonias originais. Por tais razões, são essas gestões militares os marcos constitutivos do ser nacional na quase totalidade dos países da região. Essa função histórica é reforçada pela extensão, em alguns casos, dos âmbitos territoriais de acumulação dos diferentes blocos no poder. Em consequência, as forças armadas

conseguem desempenhar um papel histórico que a retórica ideológica conservadora utiliza ao confundi-los com os valores e elementos essenciais do ser nacional (Varas, 1982, pp. 8-9).

A importância dessa formulação não reside apenas na reconstrução histórica das Forças Armadas latino-americanas, permite compreender que sua posição privilegiada resulta do próprio processo de constituição dos Estados dependentes, e não de uma anomalia produzida pelas ditaduras militares.

Desde o período colonial até os dias de hoje, as forças armadas (como principal instituição responsável pela organização da coerção estatal) exercem funções bélicas ou não visando garantir os processos de dominação e de expansão do domínio do capital. Inclusive se pensarmos na necessidade do capital da independência política em relação às suas metrópoles, vemos que o capital se utilizou das forças armadas para consolidação das relações tipicamente capitalistas na região.

Essa interpretação aproxima-se da formulação de Florestan Fernandes acerca da constituição do Estado autocrático-burguês. Em ambos os casos, a formação dos Estados latino-americanos aparece vinculada menos à universalização da cidadania do que à construção de mecanismos permanentes de organização da dominação social. As Forças Armadas não surgem, portanto, como instituições externas ao Estado dependente, mas como um de seus componentes constitutivos.

Assim, a função histórica das forças armadas apesar de ter um padrão mais ou menos em comum na América Latina, sofre variações a depender dos projetos de dominação dos países e da inserção destes na pirâmide geopolítica imperialista. Isso porque “el fenómeno armamentista comienza a estar asociado con la mayor presencia en los respectivos grupos dominantes de elementos empresariales con aspiraciones hegemónicas ligados a la actividad financiera” (Varas, 1982, p. 9).

Essa continuidade histórica não significa que as funções desempenhadas pelas Forças Armadas permaneçam idênticas em todas as etapas do capitalismo dependente. Como observa Agustín Cueva, as formas políticas se transformam conforme se modificam as condições de reprodução da dominação burguesa. Permanecem, entretanto, determinadas funções estruturais ligadas à contenção dos conflitos sociais e à preservação da ordem dependente (Cueva, 1979).

Algo que contribui fortemente para essa adaptação das forças armadas é a perspectiva do setor financeiro sobre a relação entre gasto militar e investimento interno, pois como não

vêm contradição conduzem quantidades consideráveis de recursos monetários para as forças armadas.

Conforme Rittner (2005), após a entrada em vigência da lei complementar de 2025, que deixa até R\$30 bilhões fora do arcabouço fiscal para investimentos em defesa, o Exército Brasileiro espera dobrar seus aportes na modernização da força e está reorganizando sua carteira de projetos estratégicos. O dado é ainda mais relevante se observado a média prazo: “A expectativa do Exército é passar de um orçamento que tem oscilado de R\$ 1,2 bilhão a R\$ 1,4 bilhão por ano, no âmbito do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), para um volume anual de R\$ 3 bilhões no período 2026-2031” (Rittner, online, 2025).

Essa modernização da produção tem garantia de realização, uma vez que os conflitos vêm avançando pelo mundo e, por isso, os gastos militares também seguem em tendência de alta. Segundo Andrade (2026), o Brasil “também vive uma espécie de “boom” do seu setor bélico — os gastos militares no país aumentaram 13% no ano passado, muito acima da média global de quase 3% no mesmo período” (Andrade, online, 2026). Esse boom se deve pela “ampla demanda global por equipamentos brasileiros, que vão de munição convencional a aviões” (Andrade, online, 2026).

Assim, o protagonismo das Forças Armadas é reorganizado em função das novas exigências da acumulação financeirizada e da inserção subimperialista do país na ordem internacional. A continuidade da militarização decorre, assim, menos da preservação de instituições herdadas da ditadura do que da redefinição das funções desempenhadas pelo aparato militar na reprodução do capitalismo dependente.

Se o primeiro fator explica por que as Forças Armadas ocupam historicamente uma posição privilegiada na constituição dos Estados latino-americanos, o segundo permite compreender como essa posição é continuamente legitimada no plano ideológico. Não se trata apenas da produção de uma identidade corporativa, mas da elaboração de uma concepção de mundo capaz de apresentar interesses particulares como interesses nacionais.

Mais do que difundir valores morais próprios da instituição militar, essa elaboração ideológica procura universalizar uma determinada concepção da ordem social. A crise deixa de ser apresentada como resultado das contradições da reprodução capitalista dependente e passa a ser interpretada como consequência da perda da autoridade, da disciplina ou da unidade nacional. Desse modo, conflitos de classe são deslocados para o terreno da moralidade e da segurança, legitimando a expansão das funções políticas desempenhadas pelas Forças Armadas.

A difusão contemporânea do *ethos militar* ultrapassa, inclusive, os limites das instituições castrenses, alcançando formas privadas de exercício da violência, como milícias, empresas militares e dispositivos híbridos de segurança. A militarização deixa, assim, de constituir atributo exclusivo do aparato estatal e passa a irradiar-se por diferentes esferas da sociedade, ampliando sua capacidade de reprodução política e ideológica.

No caso brasileiro, essa elaboração ideológica desempenha papel decisivo na remodelação da tutela militar após a redemocratização. Ao deslocar os conflitos sociais para o terreno da segurança pública, da ordem e da defesa da nação contra inimigos internos, cria-se um ambiente favorável à ampliação das funções políticas das Forças Armadas mesmo sob instituições formalmente democráticas. Assim, a ideologia militar não apenas justifica a presença dos militares na vida pública, mas contribui para transformar crises sociais produzidas pela própria reprodução do capitalismo dependente em problemas de segurança.

No terceiro fator da relação entre a militarização e a auto-responsabilização das forças armadas para a resolução da crise social, a autonomização delas no interior do Estado, há que se analisar como as forças armadas veem o conjunto dos aparatos estatais como incapazes de resolver a crise social.

Quando há a substituição do projeto nacional-desenvolvimentista pelo financeiro-neoliberal, esse processo não foi diferente com as forças armadas, afinal, como um desses aparelhos, elas precisavam buscar suas novas funções. No entanto, a particularidade da autonomização das forças armadas é a inserção da sociedade num processo de militarização. Esse não é um processo simples, então vamos Tateá-lo a partir de alguns aspectos.

O primeiro deles é o aumento das verbas para a área da defesa a nível continental que possibilita um fortalecimento interno e um crescimento do número de militares; esses dois pontos são importantes para se observar donde surge não apenas a grande capacidade de forçar um projeto de dominação próprio das forças armadas², mas também do potencial de criação desse projeto.

O segundo aspecto é a criação e/ou fortalecimento da indústria bélica em alguns países latino-americanos. Quando a dinâmica financeira favorece a indústria bélica é porque o domínio desse nicho corrobora o projeto imperialista e, numa escala menor, o projeto subimperialista brasileiro.

2 Quando se fala em projeto próprio das forças armadas se deve ter cautela para não o descolar da reprodução material objetiva, pois esse ator social busca se ligar às demandas da reprodução e acumulação do capital financeiro para que este siga direcionando uma crescente verba para a defesa.

Nota-se, portanto, que no Brasil o projeto subimperialista pode ser compreendido como uma das mediações pelas quais se estabelece a vinculação entre as forças armadas e as burguesias financeiras internacionais e direciona as ações das forças armadas para o fortalecimento, proteção e apoio do projeto de dominação próprio do país. Como anuncia Varas (1982), “la autonomización de los aparatos estatales y, entre ellos, de las propias instituciones armadas, tiene como una de sus consecuencias una militarización del proyecto nacional autoritariamente definido y su apoyo a través de una mayor capacidad bélica” (p. 24).

A autonomização das Forças Armadas não constitui, portanto, um processo meramente corporativo. Ela corresponde à redefinição das funções desempenhadas pelo aparelho militar em uma etapa na qual estabilidade do capitalismo dependente exige novas formas de articulação entre segurança, acumulação e projeção regional. No caso brasileiro, essa autonomia relativa permite que as Forças Armadas preservem capacidade de intervenção política, posição destacada para influenciar posições no legislativo, executivo e judiciário, com destacada capacidade de influência sobre o planejamento estatal, além de participação direta em dimensões estratégicas do projeto subimperialista.

O quarto e último fator da relação entre a militarização e a auto-responsabilização das forças armadas para a resolução da crise social é a incipiente ou desenvolvida indústria bélica na América Latina. Como Rittner (2026) e Andrade (2006) apontaram, essa indústria vem sendo bem desenvolvida no Brasil e tem ampla margem de realização interna e externa.

Ainda que o fenômeno armamentista possa se expressar de modo independente ao processo de militarização, é este que vai garantir de modo geral a realização das mercadorias da indústria bélica – seja pelas próprias forças armadas nacionais e estrangeiras, seja pela difusão político-ideológica de armamento para pessoas civis.

Assim, por um lado as ações de guerra subimperialistas (como a GLO) são necessárias à indústria bélica para a realização das suas mercadorias, em que se pode observar uma relação de reciprocidade entre ambas; e são, por outro lado, indispensáveis para a geopolítica brasileira na região, pois dado que a exportação é, em geral, para os países da região (e do chamado sul global) ela também contribui para o projeto subimperialista brasileiro que acaba estabelecendo relações comerciais para a guerra e para a paz.

A indústria bélica constitui, com efeito, uma das bases materiais da conservação contemporânea da militarização. Mais do que um setor econômico específico, ela reforça simultaneamente a autonomia institucional das Forças Armadas, sua capacidade de projeção regional e a funcionalidade da racionalidade contrainsurgente para o evoluir do capitalismo dependente. Por esse motivo, o armamentismo não deve ser compreendido apenas

como consequência da militarização, mas como uma mediação econômica por meio da qual a tutela militar encontra condições materiais de reprodução no interior da democracia brasileira.

À guisa de conclusão: a violência como arma (extra)econômica

O debate em torno da relação entre capital e Estado na particularidade dependente brasileira nos leva a analisar a violência (ministrada especialmente pelo Estado) e a acumulação capitalista como faces da mesma moeda, a moeda *modo de produção capitalista*, em sua dimensão subimperialista. A relação entre a segurança (que compõe o par junto ao desenvolvimento) e os processos de acumulação é umbilical, pois na América Latina

há uma tendência à ampliação da utilização da violência extraeconômica para a reprodução do capital baseada, sobretudo, na forma de violência estatal. *Faz-se assim, em nossa região, da violência forma de acumulação de capital [...]*, amplificando o papel coercitivo e de controle extraeconômico do Estado diante de suas debilidades estruturais (Campos; Oliveira, 2023, p. 388, grifos nossos).

Esse *modos operandi* de utilização da violência extraeconômica do Estado dependente latino-americano como necessário à acumulação do capital, ou seja, do uso da violência como forma de acumulação do capital é o que concretiza o binômio desenvolvimento-segurança e que tem as forças armadas como um importante instrumento do aparato estatal para ambos os fins.

Campos e Oliveira (2023) contribuem nesse sentido ao afirmarem que “ao controlar violentamente a força produtiva e as relações de produção, o Estado possibilita a quebra de barreiras ao desenvolvimento pela conformação das condições político-econômicas para a superexploração da força de trabalho” (p. 391). Ou seja, o uso da violência extraeconômica está diretamente relacionado à violência econômica, podendo até se dizer que cumpre uma função essencial às condições econômicas dos países dependentes.

O recurso a violência extraeconômica é uma necessidade sistêmica, portanto estrutural, do capitalismo dependente. A violência e o genocídio continuam não porque a situação colonial não foi superada, mas sim porque não foram superadas as relações sociais que permanecem fazendo da violência uma força produtiva. Assim como não há possibilidades de superar a situação de dependência pelo nacionalismo ou (neo)desenvolvimentismo, a violência, como seu corolário, também não pode ser superada estruturalmente sem a superação do sociometabolismo do capital (Campos; Oliveira, 2023, p. 392).

O Estado dependente latino-americano, cumprindo sua razão de ser, utiliza o monopólio da violência para tentar corrigir os defeitos estruturais do capitalismo e para garantir poli-

ticamente a reprodução e acumulação do capital, transformando a violência em produtora e reprodutora das condições às quais ela é consequência. Isso não é exclusivo dos países dependentes, mas neles a violência é a mola propulsora do desenvolvimento capitalista. Por isso, esse artigo tratou da militarização como um mecanismo indispensável ao projeto subimperialista brasileiro, relacionando a violência econômica à extraeconômica a partir da relação de codeterminação entre capital e Estado (Fidelis, 2024).

A violência tem sido, em suas mais diversas variações, um sintoma da institucionalização da contrarrevolução em forma de contrainsurgência na região, seja para garantir a superexploração da força de trabalho, seja para garantir a hegemonia burguesa. Por isso, a explicação para a manutenção das forças armadas no Estado brasileiro desloca a explicação do terreno exclusivo da transição democrática para a análise das funções desempenhadas pela militarização na dinâmica do capitalismo dependente, em suas diversas fases.

A violência deixa de constituir apenas a linguagem dos momentos excepcionais e converte-se em mediação permanente da reprodução da ordem, preservando, sob novas formas institucionais, a função histórica de contenção da luta de classes nas formações sociais dependentes. Garante as condições políticas da superexploração da força de trabalho, sustenta o projeto subimperialista, organiza a atuação do Estado e legitima a expansão permanente dos dispositivos de controle social.

A identificação de inimigos internos continua a desempenhar papel central na legitimação da presença militar na esfera pública. Ainda que os alvos dessa identificação tenham se transformado ao longo do tempo, a lógica subjacente permanece a mesma: a concepção de que a estabilidade da ordem social exige a mobilização permanente de dispositivos de controle e repressão.

Referências

- Andrade, Matheus Gouvea de. O que investimento de Joesley Batista em fabricante brasileira de armamentos em dificuldade indica sobre boom do setor bélico. BBC News Brasil, 15/05/2026. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4g4mmg22djo>
- Campos, G. A. & Oliveira, I. F. Acumulação como violência, violência como acumulação: o Estado e o capitalismo dependente. Revista Katalysis, v. 26, n. 3, set-dez, p. 386-395, 2023. ISSN 1982-0259.
- Cueva, Agustín. El Estado latinoamericano y la crisis capitalista. In: CUEVA, Agustín. *Teoría social y procesos políticos en América Latina*. México: Ediciones Era, 1979. p. 95-117.
- Cueva, A. *Las democracias restringidas de América Latina: elementos para una reflexión crítica*. Quito, Ecuador, Editorial Planeta del Ecuador, 1988.
- Fernandes, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

- Fernandes, Florestan. *apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo, Editora Expressão Popular, 2019.
- Fidelis, Thays; Seabra, Raphael. Fascismo e profissionalização da contrarrevolução no Brasil. *Revista Katálysis*, v. 24, n. 2, p. 407–416, maio de 2021.
- Fidelis, Thays. Estado de quarto poder brasileiro: o subimperialismo como projeto de desenvolvimento nacional. Tese de doutorado. UFAL, Maceió, Brasil. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. 2024.
- Fucille, Luís Alexandre. O paradoxo da defesa nacional no regime democrático brasileiro. *Teoria & Pesquisa*, São Carlos, n. 46, p. 11-30, jan. 2005.
- Harvey, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2005.
- Hirsch, Joachim. *Teoria materialista do Estado: processos de transformação do sistema capitalista de Estados*. Tradução de Luciano Cavini Martorano. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- Hunter, Wendy. *Eroding Military Influence in Brazil: Politicians Against Soldiers*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1997.
- Jessop, Bob. *State Power: A Strategic-Relational Approach*. Cambridge: Polity Press, 2008.
- Marini, R. M. Estado y crisis en Brasil. *Cuadernos Políticos*, n. 13, Ediciones Era, México, p. 76- 84, julio-septiembre, 1977. Disponível em: <https://marini-escritos.unam.mx/?p=1305>
- Marini, R. M. O Estado de contrainsurgência. *Cuadernos Políticos* n. 18, Ediciones Era, México, octubre-diciembre, 1978, pp. 21-29. Disponível em: <https://marxists.architexturez.net/portugues/marini/1978/07/20.htm>
- Marini, R. M. Geopolítica latino-americana. Fuente: Arquivo Pessoal de Marini depositado no Programa de Estudos de América Latina e Caribe – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, ca. 1985.
- Nascimento, A. & Magalhães, G. B. Estado de contrainsurgência: alternativa ao conceito de fascismo dependente. *Reoriente*, v. 3, n. 1, 2023.
- Oliveira, Eliézer Rizzo de *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. 1993. Tese (Livre-Docência em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- Rittner, Daniel. Exército dobra investimento com nova lei e reformula projetos estratégicos. CNN Brasil, 25/12/2026. Disponível: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/investimentos/exercito-dobra-investimento-com-nova-lei-e-reformula-projetos-estrategicos/#goog_rewarded
- Stepan, Alfred. *Rethinking Military Politics: Brazil and the Southern Cone*. Princeton: Princeton University Press, 1988.
- Streeck, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. Tradução de Marian Toldy e Teresa Toldy. São Paulo: Boitempo, 2018.
- Varas, A. Estado y fuerzas armadas em América Latina: economía y político de la militarización y el armamentismo. Programa la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Santiago de Chile, n. 140, Abril, 1982.
- Zaverucha, Jorge. *FHC, Forças Armadas e Polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.